



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM ELISEU
CNPJ: 22.953.681/0001-45
PROCURADORIA GERAL



PARECER JURÍDICO Nº 60/2025/PGM



INTERESSADO: COORDENADORIA DE LICITAÇÃO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 02603001/25/

DISPENSA PRESENCIAL – 7/2025-310301-FMAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 3.036 (TRÊS MIL E TRINTA E SEIS) QUILOGRAMAS DE PEIXE TAMBQUI (FRESCO) IN NATURA, OBJETIVANDO A DISTRIBUIÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOM ELISEU/PA, NO PERÍODO ALUSIVO À COMEMORAÇÃO DA “SEMANA SANTA”, A FIM DE ATENDER A REALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS/SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE SEUS NÚCLEOS CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL). FUNDAMENTADO NO ART. 75, INCISO II, DA LEI 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES.

EMENTA:

1. DIREITO ADMINISTRATIVO. 2. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA PRESENCIAL. 3. FORNECIMENTO DE PEIXE IN NATURA. 4. PARECER FINAL.

I. DO CONTEÚDO DA CONSULTA

Trata-se de solicitação da COORDENADORIA DE LICITAÇÃO, para emissão de parecer final referente a **DISPENSA PRESENCIAL – 7/2025-310301-FMAS**, para análise se os procedimentos rituais adotados pelos agentes de contratação, encontram-se em consonância com a legislação em vigor.

Eis o que tínhamos a relatar. Passo a opinar.

II. DA COMPETÊNCIA DA PROCURADORIA GERAL MUNICIPAL

Preliminarmente, cumpre destacar que compete a essa Procuradoria, única e exclusivamente, prestar consultoria, sendo este parecer meramente opinativo, sob o prisma estritamente jurídico, não lhe cabendo adentrar em aspectos relativos a conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos, que são reservados à esfera discricionária do administrador



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM ELISEU
CNPJ: 22.953.681/0001-45
PROCURADORIA GERAL



público legalmente competente, tampouco examinar questões de natureza eminentemente técnica, administrativa e/ou financeira, salvo hipóteses teratológicas.

Cumprindo registrar que o exame em questão se restringe aos aspectos concernentes à legalidade da fase externa da contratação que ora submete a análise, na forma do art. 53 da Lei nº 14.133/2021, excluídos todos e quaisquer pontos sobre as escolhas administrativas de conveniências e oportunidades, assim como os de caráter técnico, econômico e/ou discricionário, cuja avaliação não compete a esta Assessoria Jurídica.

Ressalte-se ainda, que a análise em comento toma por base os documentos e informações constantes dos autos concernentes ao processo licitatório, haja vista a presunção de veracidade e legitimidade dos atos administrativos e das informações prestadas pelos agentes de contratação envolvidos, tendo em vista não ser papel da assessoria jurídica exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Faz-se estes esclarecimentos porque o parecer jurídico, conforme orientação doutrinária e jurisprudencial, é ato de natureza opinativa e não vinculante que visa apoiar o gestor, nos trilhos da juridicidade, a viabilizar a política pública desejada, porém, cabe a autoridade competente tomar a decisão que lhe parecer mais adequada, oportuna e/ou conveniente ao interesse público, não se vinculando ao parecer jurídico. Assim, determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

III. DA ANÁLISE DO PROCESSO

III.1. Da Dispensa.

Trata-se de **DISPENSA PRESENCIAL – 7/2025-310301-FMAS**, que tem como objetivo a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE 3.036 (TRÊS MIL E TRINTA E SEIS) QUILOGRAMAS DE PEIXE TAMBQUI (FRESCO) IN NATURA, OBJETIVANDO A DISTRIBUIÇÃO NO MUNICÍPIO DE DOM ELISEU/PA, NO PERÍODO ALUSIVO À COMEMORAÇÃO DA “SEMANA SANTA”, A FIM DE ATENDER A REALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS/SERVIÇOS DA SECRETARIA**



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM ELISEU
CNPJ: 22.953.681/0001-45
PROCURADORIA GERAL



MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DE SEUS NÚCLEOS CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL). FUNDAMENTADO NO ART. 75, INCISO II, DA LEI 14.133/21 E SUAS ALTERAÇÕES.

Cumpra dizer que a licitação, por força de dispositivos constitucionais (XXI, art. 37, CF/88) e infraconstitucionais (Lei n  14.133/2021),   regra para a Administração Pública, que deve escolher seus fornecedores ou prestador de serviços mediante prévio processo seletivo, assegurando condições de igualdade para as pessoas que do certame queiram participar, objetivando a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

Nos moldes da Lei n  14.133/2021 define diversas modalidades de licitação. Para o caso em análise, a modalidade escolhida foi DISPENSA, que entendemos ser a modalidade adequada para o caso em análise, pois, nos termos do **inciso II do art. 75 da lei de licitações e contratos**, juntamente do **DECRETO n  12.343**, de 30 de dezembro de 2024 a licitação será dispensável para a contratação que envolva valores inferiores a R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no presente caso, posto que o valor da aquisição se deu no valor total de R\$ 57.684,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos e oitenta e quatro reais).

Ademais, nos autos constam a definição do objeto, formalização da demanda, justificativa da necessidade de contratação, estimativa de despesa, especificação técnica e quantitativo do objeto, cotação de preços, análise de riscos, declaração orçamentária, resultados pretendidos, riscos e viabilidade da contratação, termo de referência, desse modo, encontra-se em harmonia ao mínimo exigido em lei, em especial, no disposto artigo 72 e seus incisos, da Lei n  14.133/2021.

Desta forma,   possível aferir que os autos do processo se encontram devidamente instr idos, o que evidencia o atendimento das exigências legais, nos parecendo ser a solução mais adequada para atendimento das necessidades Secretaria Municipal de Assistência Social/Fundo Municipal de Assistência Social e de seus Núcleos CRAS, pois, constitui uma contratação de serviços indispensável ao pleno funcionamento das suas atividades, como demonstra a justificativa da contratação.

Portanto, a realização da contratação se encontra em consonância com as exigências mínimas contidas na Lei para fins de contratação nesta sistemática de licitações.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM ELISEU
CNPJ: 22.953.681/0001-45
PROCURADORIA GERAL



IV. DO RESULTADO

Sabe-se que a licitação objetiva garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar proposta mais vantajosa para a Administração, sem esquecer de observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, visando a garantia do atendimento do interesse público.

Em análise das atas presentes aos autos, tem como vencedora a **COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES E AGROINDUSTRIAIS DE DOM ELISEU - COOAGRO - CNPJ: 20.649.551/0001-98**, com itens no valor total de **R\$ 57.684,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos e oitenta e quatro reais)**.

Observa-se que os procedimentos ocorreram dentro da normalidade com a habilitação da empresa e da Análise do Termo de Adjudicação verifica-se que todos os itens foram devidamente aprovados e adjudicados.

V. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Procuradoria Municipal manifesta-se no sentido de que os agentes de contratação agiram dentro da legalidade na condução do presente processo licitatório, estando revestido de todos os requisitos legais exigidos pelas legislações atinentes à temática e, após minuciosa análise de todo o tramite da Dispensa examinada, não vislumbro nenhuma irregularidade e/ou ilegalidade para que se venha impossibilitar a realização da contratação, tendo em vista que parecem ter sido elaboradas em obediência aos ditames legais, razão pela qual, nos termos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21.

Desta forma, **OPINO FAVORAVELMENTE** ao prosseguimento da **DISPENSA PRESENCIAL – 7/2025-310301-FMAS**, recomendando sua homologação pela autoridade competente, após a oitiva da Controladoria Interna do Município de Dom Eliseu/PA.

Eis o parecer, salvo melhor juízo.

Dom Eliseu/PA, 09 de abril de 2025.

CLAUDEMIR
VIEIRA DA
SILVA:43154
514287

Assinado de forma
digital por CLAUDEMIR
VIEIRA DA
SILVA:43154514287
Dados: 2025.04.09
17:45:29 -03'00'

CLAUDEMIR VIEIRA DA SILVA
Procurador Geral do Município
Decreto Municipal n. 014/2025/GP